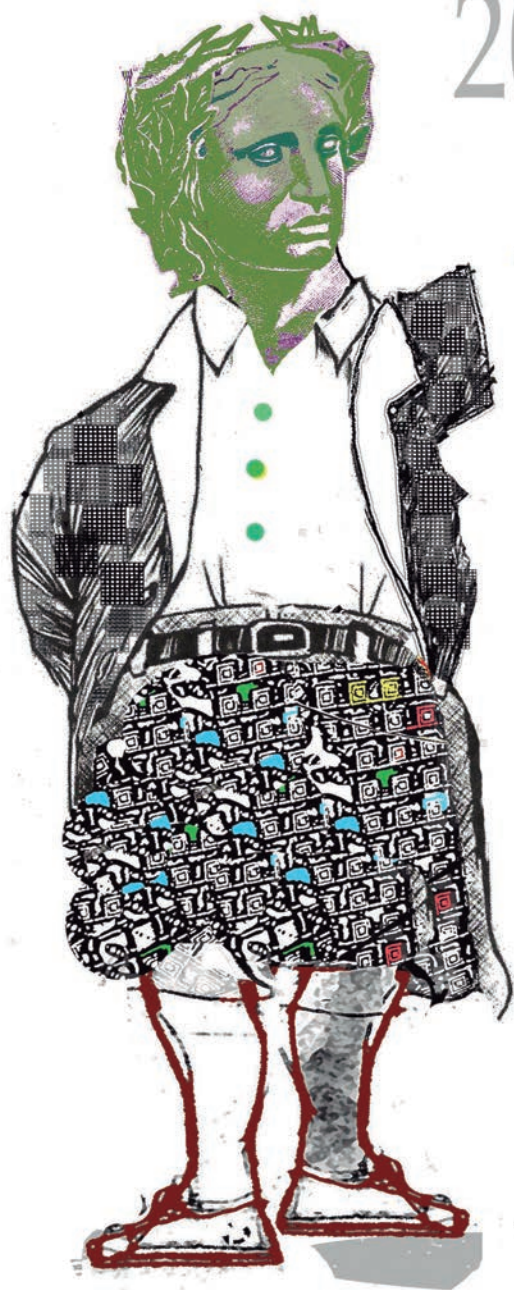


# JE

# Jornal dos Economistas

Nº 340 Dezembro de 2017

Órgão Oficial do Corecon-RJ e Sindecon-RJ



2017



## 2017: ano perdido ou de recuperação?

Antonio Corrêa de  
Lacerda, José Rubens  
Garlipp, Dercio Garcia  
Munhoz, Luiz Filgueiras  
e Roberto Leher fazem  
um balanço do  
ano que se encerra.

Fórum analisa indicadores da Prefeitura do Rio impactados pela Lei de Responsabilidade Fiscal

## Ano perdido ou de recuperação?

Na última edição de 2017, autores convidados fazem um balanço econômico: foi um ano perdido ou de recuperação?

Antonio Corrêa de Lacerda, da PUC-SP, avalia que os indicadores mais recentes de produção, consumo e emprego apontam uma tênue recuperação da economia brasileira. Ele ressalta como fatores positivos a queda na inflação e a melhora nas contas externas, mas afirma que o quadro fiscal segue preocupante. O autor critica a substituição da TJLP pela TLP.

José Rubens Garlipp, da Universidade Federal de Uberlândia, argumenta que a questão fundamental não é se a recessão está superada. O fundamental é a política de aprofundamento da austeridade, orientada a interditar a ainda tímida construção da cidadania no país. Essa política é responsável pela escalada de uma verdadeira decomposição econômica, e que está longe de apontar para uma sustentada retomada do crescimento econômico.

Dercio Garcia Munhoz, ex-presidente do Conselho Federal de Economia, identifica sinais da interrupção do ciclo de quedas persistentes e alarmantes na atividade econômica durante o ano, mas afirma que as razões para euforia são prematuras. Ele critica o sofisma que sustenta que só a reforma da previdência permitiria a retomada do crescimento da economia.

Luiz Filgueiras, da Universidade Federal da Bahia, acredita que o preço da redução sem limites do custo do trabalho e da desnacionalização da economia é a instabilidade político-social permanente e o aumento da vulnerabilidade econômica do país. O crescimento pífo não conseguirá esconder o agravamento dos problemas brasileiros.

O reitor da UFRJ, Roberto Leher, em artigo exclusivíssimo para o JE, detalha e analisa o estrangulamento da Ciência e da educação superior, determinado pelos cortes orçamentários e contingenciamentos do governo federal. Ela conclama a comunidade acadêmica e científica a buscar novas formas de mobilização.

Fora do bloco temático, o artigo do Fórum analisa o histórico e a previsão de alguns indicadores impactados pela Lei de Responsabilidade Fiscal e conclui que a Prefeitura do Rio terá dificuldades para cumprir em 2018 os limites estabelecidos pela lei.

## Sumário

Balanço de 2017 .....	3
<i>Antonio Corrêa de Lacerda</i>	
<b>Dilemas do panorama político econômico brasileiro</b>	
Balanço de 2017 .....	5
<i>José Rubens Damas Garlipp</i>	
<b>Cegueira em tempos de Crise</b>	
Balanço de 2017 .....	7
<i>Dercio Garcia Munhoz</i>	
<b>Final da recessão ou ainda no vale de lágrimas?</b>	
Balanço de 2017 .....	9
<i>Luiz Filgueiras</i>	
<b>A “cortina de fumaça” do crescimento econômico</b>	
Balanço de 2017 .....	11
<i>Roberto Leher</i>	
<b>Ciência e trabalho criativo em risco</b>	
Fórum Popular do Orçamento .....	13
<b>A influência da LRF sobre os indicadores municipais: Prefeitura do Rio com a corda no pescoço</b>	
<b>Parabéns aos aprovados no exame Anpec</b> .....	16
<b>Balanço Patrimonial</b>	

O Corecon-RJ apóia e divulga o programa Faixa Livre, apresentado por Paulo Passarinho, de segunda à sexta-feira, das 9h às 10h30, na Rádio Livre, AM, do Rio, 1440 khz ou na internet: [www.programafaixalivre.org.br](http://www.programafaixalivre.org.br) ou [www.radiolivream.com.br](http://www.radiolivream.com.br)

**JE** Jornal dos  
**Economistas**

Órgão Oficial do CORECON - RJ  
E SINDECON - RJ  
Issn 1519-7387

**Conselho Editorial:** Sidney Pascoutto da Rocha, Carlos Henrique Tibiriçá Miranda, Marcelo Pereira Fernandes, Gisele Rodrigues, Wellington Leonardo da Silva, João Manoel Gonçalves Barbosa, Paulo Passarinho, Sergio Carvalho C. da Motta, José Ricardo de Moraes Lopes e Gilberto Caputo Santos. **Jornalista Responsável:** Marcelo Cajueiro. **Edição:** Diagrama Comunicações Ltda-ME (CNPJ: 74.155.763/0001-48; tel.: 21 2232-3866). **Projeto Gráfico e diagramação:** Rossana Henriques ([rossana.henriques@gmail.com](mailto:rossana.henriques@gmail.com)). **Ilustração:** Aliedo. **Revisão:** Bruna Gama. **Fotolito e Impressão:** Edigráfica. **Tiragem:** 13.000 exemplares. **Periodicidade:** Mensal. **Correio eletrônico:** [imprensa@corecon-rj.org.br](mailto:imprensa@corecon-rj.org.br)

As matérias assinadas por colaboradores não refletem, necessariamente, a posição das entidades. É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos desta edição, desde que citada a fonte.

### CORECON - CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA/RJ

Av. Rio Branco, 109 – 19º andar – Rio de Janeiro – RJ – Centro – Cep 20040-906  
Telefax: (21) 2103-0178 – Fax: (21) 2103-0106  
Correio eletrônico: [corecon-rj@corecon-rj.org.br](mailto:corecon-rj@corecon-rj.org.br)  
Internet: <http://www.corecon-rj.org.br>

**Presidente:** José Antonio Lutterbach Soares. **Vice-presidente:** João Manoel Gonçalves Barbosa. **Conselheiros Efetivos:** 1º TERÇO: (2017-2019) Arthur Camara Cardozo, João Manoel Gonçalves Barbosa, Regina Lúcia Gadioli dos Santos - 2º TERÇO: (2015-2017) Antônio dos Santos Magalhães, Gilberto Caputo Santos, Jorge de Oliveira Camargo - 3º TERÇO: (2016-2018) Carlos Henrique Tibiriçá Miranda, Sidney Pascoutto Rocha, José Antônio Lutterbach Soares. **Conselheiros Suplentes:** 1º TERÇO: (2017-2019) Andréa Bastos da Silva Guimarães, Gisele Mello Senra Rodrigues, Marcelo Pereira Fernandes - 2º TERÇO: (2015-2017) André Luiz Rodrigues Osório, Flavia Vinhaes Santos, Miguel Antônio Pinho Bruno - 3º TERÇO: (2016-2018) Arthur Cesar Vasconcelos Koblit, José Ricardo de Moraes Lopes, Sergio Carvalho Cunha da Motta.

### SINDECON - SINDICATO DOS ECONOMISTAS DO ESTADO DO RJ

Av. Treze de Maio, 23 – salas 1607 a 1609 – Rio de Janeiro – RJ – Cep 20031-000. Tel.: (21)2262-2535 Telefax: (21)2533-7891 e 2533-2192. Correio eletrônico: [sindecon@sindecon.org.br](mailto:sindecon@sindecon.org.br)

### Mandato – 2014/2017

**Coordenação de Assuntos Institucionais:** Sidney Pascoutto da Rocha (Coordenador Geral), Antonio Melki Júnior, Jose Ricardo de Moraes Lopes e Wellington Leonardo da Silva  
**Coordenação de Relações Sindicais:** João Manoel Gonçalves Barbosa, Carlos Henrique Tibiriçá Miranda, César Homero Fernandes Lopes, Gilberto Caputo Santos.  
**Coordenação de Divulgação Administração e Finanças:** Gilberto Alcântara da Cruz, José Antonio Lutterbach e André Luiz Silva de Souza.  
**Conselho Fiscal:** Regina Lúcia Gadioli dos Santos, Luciano Amaral Pereira e Jorge de Oliveira Camargo

# Dilemas do panorama político econômico brasileiro

Antonio Corrêa de Lacerda\*

A economia brasileira enfrenta o difícil desafio de superar a crise. Os indicadores mais recentes de produção, consumo e emprego denotam que o pior já passou e lentamente temos o início de uma tênue recuperação. A crise foi intensa nos últimos dois anos. O Produto Interno Bruto (PIB) caiu 3,8% em 2015, mais 3,6% em 2016, acumulando uma queda de 7,2% nos dois anos. Temos um muito provável crescimento de 0,5% em 2017. Mas o nível de investimento atual é cerca de 30% inferior a 2014, o que revela a grandeza do desafio.

A queda da inflação, por outro lado, é evidente. Depois de atingir mais de 10% ao ano em 2015, reduziu-se para 6,3% em 2016 e deve fechar 2017 com cerca de 3%. Além do efeito da crise econômica dos últimos anos, tivemos uma revalorização do real em 2016 e o impacto da excelente safra agrícola, favorecida por fatores climáticos positivos, que reduziu os preços dos alimentos. A queda da inflação abriu espaço para a baixa das taxas básicas de juros, que foram reduzidas em 6,75 pontos percentuais para 7,5% ao ano. Trata-se de um nível muito próximo dos mais baixos históricos brasileiros, mas ainda elevadas para padrões internacionais.

2018 é um ano de eleições gerais e será a oportunidade de aprofundar o debate sobre os rumos da política econômica brasileira. A

época de eleições também costuma gerar turbulência nos mercados, decorrente das especulações sobre possíveis mudanças. Há, porém, fatores que devem amenizar os impactos. As contas externas seguem com um quadro bastante positivo. A balança comercial brasileira deve apresentar um superávit de US\$ 65 bilhões e o déficit em conta corrente vem se reduzindo nos últimos anos e deve ser de apenas US\$ 5 bilhões no final deste ano, depois de ter atingido mais de US\$ 100 bilhões em 2014. O país conta com reservas cambiais da ordem de US\$ 380 bilhões, e vem registrando expressivo ingresso de investimentos diretos estrangeiros, da ordem de US\$ 75 bilhões ao ano, e que praticamente não foram afetados pela crise. A desvalorização do real ocorrida nos últimos anos, assim como o efeito da crise econômica, diminuiu o custo do investimento em dólares. Isso, aliado a uma expectativa de recuperação da economia, tem impulsionado os projetos novos e as transferências patrimoniais, via fusões e aquisições de empresas.

O quadro fiscal brasileiro segue, no entanto, preocupante, embora a arrecadação de agosto passado tenha apresentado um crescimento real de 10,8%, ante o mesmo mês do ano passado. Isso denota a importância da retomada da economia para o equilíbrio fiscal. Bastou uma pequena melhora na atividade para a receita crescer. Não obstante, no acumulado de 12 meses até julho, o déficit pri-

mário, ou seja, arrecadação menos despesas correntes, ainda sem considerar os gastos com o pagamento de juros sobre a dívida pública, atingiu R\$ 170,5 bilhões, o equivalente a 2,7% do PIB.

O governo federal tinha uma meta de déficits para 2017 e 2018, respectivamente, de R\$ 139 bilhões e R\$ 129 bilhões. Diante das evidências, foi obrigado a revê-la para R\$ 159 bilhões para os dois anos. Invariavelmente, ao longo dos tempos, tem havido recorrentes revisões do desempenho fiscal, sendo que, nos últimos três anos, e, muito provavelmente, um quarto e quinto, implicando déficits primários. No entanto, as tentativas de ajuste não têm atingido o esperado. E isso se deve não apenas à ausência de reformas de fundo, mas também aos efeitos da longa crise que enfrentamos desde o final de 2014. Nível de atividade e investimentos em queda significaram arrecadação menor, não apenas porque empresas faturam menos e indivíduos têm a sua parcela de contribuição reduzida pela queda da renda e pelo aumento do desemprego. Além disso, na crise aumenta a inadimplência no pagamento de impostos. A questão fiscal só se resolverá de fato quando houver uma retomada da economia.

A aposta em que o resgate da confiança pudesse estimular a realização de investimentos e produção não tem dado resultado. Embora a confiança seja importante, ela, no entanto, por si só, não ga-



rante um ambiente promissor para estimular a produção, o consumo e os investimentos. As empresas não tomam decisões apenas levando em conta o grau de confiança, mas também a expectativa de desempenho futuro da economia.

O outro problema análogo está na falha de diagnóstico e de estratégia na política econômica. É preciso que o governo federal adote medidas de política econômica para incentivar as atividades. O primeiro ponto importante é o papel do Estado e dos investimentos públicos. Em um quadro de crise os investimentos públicos, assim como o papel do Estado de forma geral, devem ser anticíclicos, ou seja, devem se contrapor à restrição de gastos das empresas e famílias. Ao contrário do discurso governamental utilizado como argumento para aprovação, no final do ano passado, da Emenda Constitucional (EC 95), que fixou um teto para os gastos públicos, o Es-



tado não pode agir como uma empresa ou família, porque tem obrigações que lhe são próprias.

Além do incremento do investimento público, é necessário criar condições favoráveis ao investimento, produção e consumo privados. Isso requer adotar medidas estimuladoras. Adicionalmente à aceleração da queda da taxa de juros reais, é importante fazer com que estas reflitam na queda da taxa de juros no crédito às empresas e às pessoas físicas, dentre outras ações.

O governo federal decidiu criar a Taxa de Longo Prazo (TLP) referenciada à taxa das Notas do Tesouro Nacional (NTN-Bs), nos financiamentos concedidos à iniciativa privada pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), em substituição à atual Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), fixada pelo Conselho Monetário Nacional (CMN). A medida alterará substancialmente o mecanismo de crédito ao setor privado, na prática, significando um retrocesso.

Garantir crédito e financiamento às empresas e consumidores a taxas de juros compatíveis com a rentabilidade da atividade produtiva e capacidade de pagamento dos tomadores é uma condição fundamental para a retomada do crescimento. No âmbito empresarial, diante da ausência de crédito de longo prazo privado no Brasil, o BNDES sempre exerceu um papel preponderante para isso.

Embora seja saudável estimular instrumentos de mercado para reduzir a dependência dos recursos públicos, é preciso levar em conta a inexistência de um mercado privado que ofereça recursos compatíveis com a rentabilidade dos projetos.

Um dos argumentos dos que defendem a alteração ocorrida é o de que a prática implicava uma espécie de subsídio. De fato, do ponto de vista fiscal *stricto sensu* e de curto prazo, o diferencial entre Selic e TJLP significa um subsídio, principalmente se considerarmos as taxas praticadas atualmente. No entanto, considerando que o financiamento de projetos é de longo prazo e o efeito multiplicador dos investimentos realizados, o alegado “subsídio” não se sustenta.

Já sob o ponto de vista da competitividade, a TJLP não representa qualquer subsídio, simplesmente porque nossos concorrentes internacionais gozam de financiamentos a taxas de juros menores do que ela. O diferencial

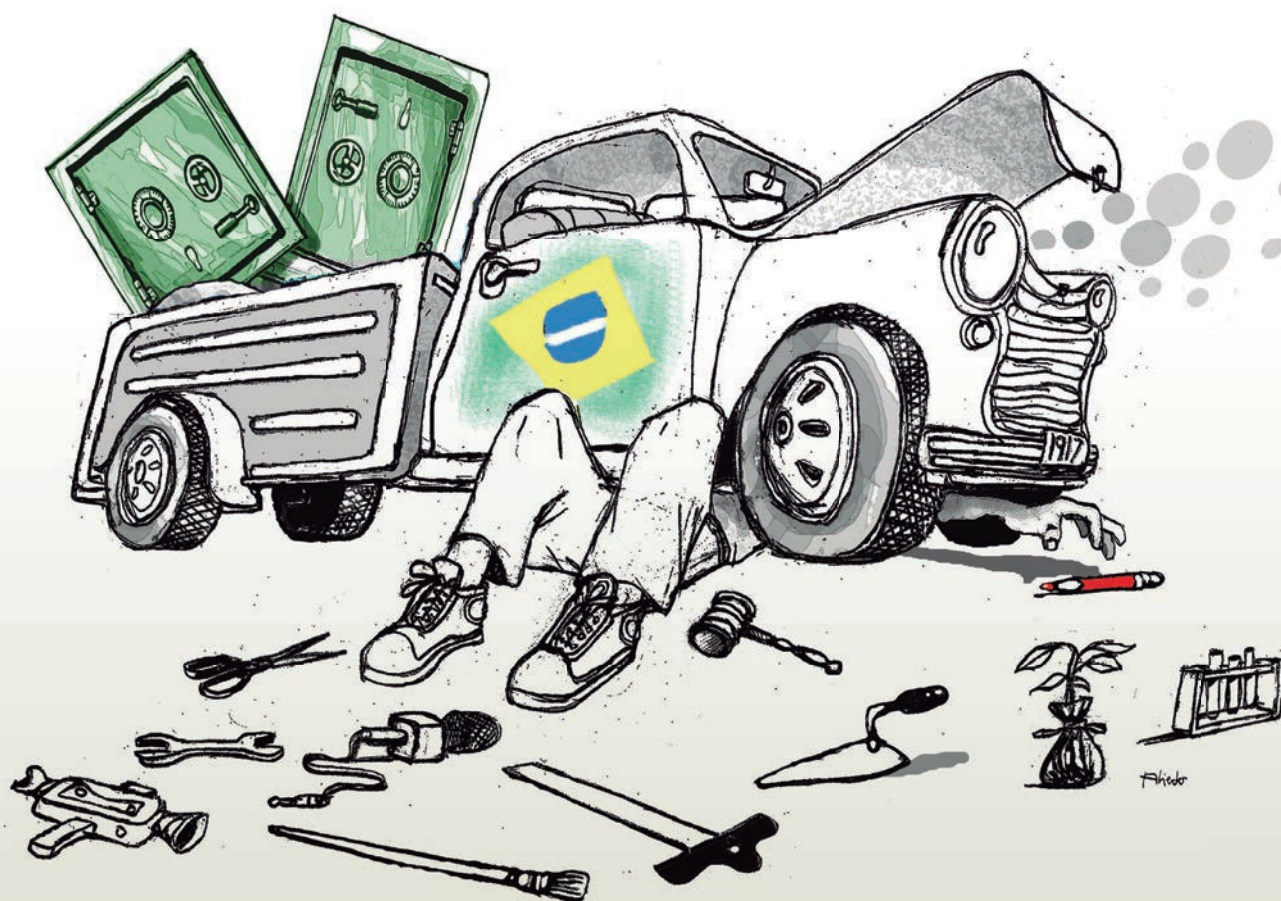
representado pelos empréstimos a juros compatíveis com o retorno esperado na atividade produtiva foi e tem sido determinante para o papel exercido pelo financiamento público para o desenvolvimento brasileiro nos 65 anos de existência do BNDES.

Os desembolsos do banco, que durante anos apresentaram contínuo crescimento, passaram a cair e tiveram expressiva redução. A recessão fez com que o total de investimentos realizados na economia, formação bruta de capital fixo, caísse para apenas 14% do Produto Interno Bruto (PIB), sendo que a participação do banco no financiamento foi reduzida de 2,6% do PIB em 2013 para 1,1% em 2016.

É preciso viabilizar uma no-

va fase de crescimento econômico, para a qual o financiamento é fundamental, destacando o fato de que o papel representado pelo financiamento dos bancos públicos é insubstituível no curto prazo. Dadas as condições desfavoráveis oferecidas pelo mercado privado, escassez de recursos, exigência de contrapartidas e elevadas taxas de juros praticadas, ele não representa uma alternativa viável para suprir as necessidades de financiamento de longo prazo para os setores produtivos e a infraestrutura.

\* É economista e professor-doutor e diretor da Faculdade de Economia e Administração (FEA) da PUC-SP e foi homenageado como “Personalidade Econômica do Ano” pelo Cofecon. E-mail: [aclacerde@aclacerde.com](mailto:aclacerde@aclacerde.com)



# Cegueira em tempos de Crise

José Rubens Damas Garlipp\*

*“Se podes olhar, vê. Se podes ver, repara”* (José Saramago, Ensaio sobre a Cegueira)

**A** atual crise é grave. Apon-ta para um verdadeiro déficit civilizatório. Se não, como entender o esgarçamento do arranjo societário em vários países europeus – nos desenvolvidos, inclusive e especialmente – mas não só.

No Brasil, os problemas, os desafios e a crise são de outra ordem, pode-se argumentar. Mas esse é um argumento parcial e genérico, ainda que aparentemente convincente.

Em sua expressão mais elementar, lá e cá as crises guardam um denominador comum: não são apenas crises econômicas. Marcadas pela desintegração dos “padrões” acordados de relacionamento social, pelo desmantelamento dos mecanismos de sociabilidade e proteção social e esvaziamento da cidadania, são o resultado último de uma franca submissão dos governos às políticas de austeridade fiscal, tomadas como capazes de superar a crise econômica e retomar o crescimento econômico. A diferença: aqui, seguimos surdos e cegos quanto à incapacidade de as políticas de austeridade cumprirem o prometido, tal como nas experiências internacionais mais recentes, que levaram aqueles países ao caos social e político.

A crise brasileira, também

ela, não é apenas econômica. É multifacetada: econômica (recessão, baixa taxa de investimento, alto desemprego); política (deslegitimação do mundo da política em geral – e não apenas da política partidária); e institucional (estresse entre as esferas de poder, judicialização da vida e ativismo judicial), para citar suas expressões mais claras. Crise que também não será superada, sequer em sua dimensão econômica, via aprofundamento das políticas de austeridade.

Em uma das suas manifestações, a crise brasileira se prolonga por meio da mais grave recessão econômica da história recente. Os cegos de ocasião enxergam a crise como meramente conjuntural. Segundo os alardes do ilegítimo governo Temer e de seus asseclas, a recessão seria página virada, com sinais de retomada de um ciclo expansivo em 2017: dois trimestres seguidos de crescimento trimestral do PIB, recuperação da produção industrial e das exportações, diminuição do desemprego, estabilização (ou leve crescimento) da renda, melhoria do fluxo de crédito, e relativa estabilidade das receitas.

Desde a mudança de governo, vendeu-se a falsa ideia de que a rápida recuperação do crescimento econômico acalmaria os ânimos exacerbados de uma sociedade submetida à intensa polarização de posições e opiniões sobre os rumos do país. Transcorridos quase dois anos, as medidas adotadas e as

reformas propostas não só não surtiram o efeito desejado, como apontam um crescente descrédito quanto à superação da crise.

Com a divulgação dos indicadores de agosto, fica claro que, passados os efeitos da safra agrícola positiva do início de 2017, bem como esgotado o impacto (contingente) dos recursos do FGTS liberados pelo governo, o nível de atividade econômica volta a apresentar queda.

O Índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-Br) apresentou queda de 0,38% em agosto na comparação com julho. No acumulado de 12 meses, a prévia do PIB registrou queda de 0,89% e, sem ajuste sazonal, queda de 1,08%.

A produção industrial nacional mostrou redução de 0,8% frente ao mês imediatamente anterior (com ajuste), interrompendo quatro meses consecutivos de expansão na produção. Registre-se que a produção industrial de bens de capital, passada a demanda mais forte pela agricultura, vem apresentando uma trajetória de desaceleração nos últimos quatro meses, sendo que o único grande segmento com crescimento robusto foi o de bens de consumo duráveis, mas por conta das exportações da indústria automobilística. No caso da produção industrial paulista, após quatro meses de crescimento, ela caiu 1,4% em agosto, de acordo com a Pes-





quisa Industrial Mensal Regional (PIM-PF Regional) divulgada pelo IBGE.

Assim, ainda que parte da indústria no Brasil tenha ensaiado uma tímida e circunstancial recuperação ao longo dos dois primeiros trimestres de 2017, foi insuficiente para indicar uma retomada.

Por seu turno, a propalada queda do desemprego merece ser qualificada: a taxa de desemprego caiu de 13% nos três meses até abril para 12,8% nos três meses até julho (IBGE). Um recuo nem tão significativo e devido, sobretudo, ao aumento do emprego informal, em meio à fraca atividade econômica. Na comparação com o trimestre encerrado em julho de 2016, houve queda de 2,9% no emprego no setor privado com carteira assinada, enquanto o emprego sem carteira subiu 5,6%; portanto, ainda muito calcado na informalidade e no trabalho por contra própria, além da dinâmica salarial não estar fortalecendo a retomada.

Dados da Pnad Contínua mostram que a população ocupada apresentou elevação de 1,5% no trimestre e 1% no ano, e que o nível de ocupação apresentou elevação de 0,6pp no trimestre e estabilidade no ano<sup>1</sup>. Mas mostram, também, que a taxa de desocupação, que apresentou queda (-0,7pp) em relação ao trimestre anterior, manteve alta (0,8 pp) em relação ao mesmo trimestre do ano anterior. Mostram, ainda, que a população desocupada, que apresentou queda de 4,8% no trimestre, teve acréscimo de 9,1% no ano, representando um acréscimo de 1,1 milhão de

pessoas ao contingente de desocupados. Já o nível da ocupação (estimado em 54%) não apresenta alteração estatisticamente significativa.

Dados da Pnad Contínua e do Índice de Gini mostram alta do abismo social justamente a partir do terceiro trimestre de 2015. Estudos recentes mostram que o crescimento da desigualdade é explicado, a partir de então, inicialmente, por um crescimento da renda dos mais ricos concomitante à queda da renda dos mais pobres (no acumulado até o final de 2015), então por um crescimento da renda dos mais ricos superior ao crescimento da renda dos mais pobres (entre fins de 2015 e início de 2016), seguido por um período de queda generalizada da renda, ao longo do ano de 2016, com a redução da renda dos mais pobres superando a observada para a renda dos mais ricos; e ao entrar em 2017, há uma reversão da tendência de queda da renda dos mais ricos, não acompanhada do mesmo comportamento para a renda dos mais pobres, resultando em rendimentos, comparando-se o 2º trimestre de 2017 com o 3º de 2015, superiores em 1,3% para os mais ricos e inferiores em 3,4% para os mais pobres.

Quanto aos serviços, o volume em agosto caiu 1% em comparação com julho. Com referência às consultas por crédito no BNDES, elas tiveram o pior setembro desde 2002. Vale notar a grande contração do crédito para a produção: os desembolsos totais do BNDES despencaram de 4,33% do PIB em 2010 para 1,28% em 2017. Nada menos do que uma queda de 70%.

É preciso reconhecer, pois, que, ao contrário do apregoad, o débil desempenho da formação bruta de capital fixo, inclusive com queda do investimento (público e privado), revela não só a fragilidade das condições para a retomada em vários setores, mas principalmente se frustraram as falsas expectativas de que, com o impeachment e o aprofundamento das políticas de austeridade, a economia brasileira seria reconduzida à trajetória de crescimento.

Parece cedo, portanto, para crer que o pior já passou. Mas a questão fundamental não é se é cedo para afirmar que a recessão está superada. Ainda que ocorra algum crescimento, trata-se de crescimento residual, típico dos ciclos conjunturais. O problema é que, em cenário de reformas como as que estão em curso, a economia que por ventura atravessar a crise será certamente menos dinâmica. A questão fundamental, pois, é se já não está tardando o bastante a necessária inflexão da política de aprofundamento da austeridade, posto que promotora de irreversibilidades estruturais cujos custos (econômicos, políticos, sociais e culturais) já se mostram incalculáveis.

A política de aprofundamento da austeridade se traduz em forte e ardiloso ataque à democracia. Política minúscula, vale dizer, orientada a interditar a ainda tímida construção da cidadania, na medida em que fuzila os direitos fundamentais e salvaguarda os interesses do rentismo financeiro, com juros (reais) ainda dentre os mais elevados do mundo. Política responsável pela escalada

de uma verdadeira decomposição econômica, e que está longe de apontar para uma sustentada retomada do crescimento econômico.

Retomada do crescimento, fim da recessão? Bem, assim é... se lhe parece. Afinal, é mais fácil fingir que não se vê ou, vendo, tentar ignorar o que se está a ver.

Uma espécie de epidemia da cegueira, tal como a narrada por Saramago. Aquela “cegueira branca”, metáfora a quem tem visão e não consegue, ou mesmo se recusa, a ver. Mais que cegueira física, no entanto, trata-se da cegueira moral dentro da qual a sociedade se encontra: *“Por que cegamos, não sei, talvez um dia se chegue a conhecer a razão, Queres que te diga o que penso, Diz, Penso que não cegamos, penso que estamos cegos, Cegos que veem, Cegos que, vendo, não veem”*.

É triste, e trágico, constatar que estamos acometidos por essa epidemia da cegueira, a do horror vivenciado, mas não visto. Podemos continuar ouvindo alguns cantarem ou assobiarem. Ou podemos clamar por Teia, a deusa da visão. Ela bem poderia vir acompanhada de sua filha Eos, a deusa do amanhecer.

\* É economista, doutor em Ciências Econômicas pelo IE/Unicamp, professor titular do IERI/UFU e secretário-geral da Ange – Associação Nacional dos Cursos de Graduação em Ciências Econômicas. Foi presidente da Ange (1995-1999) e diretor do IERI/UFU (2000-2007). jrgarli-pp@ufu.br

<sup>1</sup> Dados do CAGED mostram que, em julho e agosto de 2017, no mercado formal foram criadas apenas 16 mil vagas nas regiões metropolitanas e 55 mil em outras regiões, em função da cadeia da agronegócio e da indústria automobilística.

# Final da recessão ou ainda no vale de lágrimas?

Dercio Garcia Munhoz\*

O ano de 2017 vem se revelando como um período em que, tal qual ocorre na política, também na economia parece pouco propício a previsões. Na política, o governo se lança em surpreendentes iniciativas em suas relações com o Congresso, na busca de apoio para ações, algumas republicanas, outras nem tanto. Na economia, tenta postergar, ou mesmo negar, o direito à aposentadoria de milhões de trabalhadores que cumpriram 30 ou 40 anos de trabalho incessante, muitos deles, desde crianças, no esforço do núcleo familiar, visando reunir recursos que permitissem o acesso aos livros ou à própria sobrevivência. Multidões dos hoje renegados, vagando por décadas sem conhecer a carteira profissional, enfrentando na velhice agruras que mais lembrariam personagens de Victor Hugo. E ainda assim, ameaçam negar-lhes o mínimo sob o manto de proposições cínicas, alardeando a mais falsa das crises. Para que a previdência social urbana continue gerando elevados superávits, mesmo em tempos de grave desemprego, para garantir o pagamento dos juros demandados sob desenfreada especulação.

Como uma cortina de fumaça para fazer passar a reforma da previdência sob as penumbras, e ainda por razões outras pouco nobres, os discursos oficiais e a máquina de propaganda se lançam a anunciar, com estridentes trombetas, que a crise já passou. Que a economia re-

toma o curso do crescimento. Que novos empregos se aproximam a passo acelerado. E ao analista cabe acompanhar os passos das famílias na direção de mercados e feiras. Pensando como elucidar o enigma, procurando descobrir se a alegada redução da taxa de desemprego deriva, de fato, de mais emprego ou se simples desalento de desempregados, vencidos após longa e infrutífera persistência. Cabendo ao analista, no esforço investigativo, lançar-se sobre os números da atividade econômica, confrontando-os com as previsões e projeções de diferentes oráculos.

## O que os indicadores revelam

Cambaleante desde 2010, a economia brasileira conseguiu registrar uma excelente taxa de crescimento em 2013 (3%), excelente dentro do contexto, ainda que estivesse turbinada por discutíveis estímulos governamentais, muitos confundidos com meras benesses, mas todos insustentáveis; circunstância que explicaria a expansão da produção de bens e serviços praticamente nula em 2014 (apenas 0,1%). Com a economia envolvida por medidas anti-inflacionárias que corroeram a renda disponível, e consequentemente a demanda das famílias – com elevações desmedidas das taxas de juros, seguindo a sinalização do governo através da Selic; somando-se a isso o efeito também recessivo da queda da competitividade industrial, interna e externamente,



como fruto da valorização artificial da taxa de câmbio.

Com a alta dos juros pressionando os custos e os preços, seguem-se, na rotina da ação governamental, e dentro da ortodoxia a que se abraça quando conveniente o BC, novas elevações das taxas de juros, numa surpreendente alegação de excesso de demanda em plena recessão. A consequência não poderia ser outra, senão uma abismal queda nos níveis da produção da economia, com recuo de 7,6% acumulado nos anos de 2015 e 2016. Resultado certamente comemorado nas cercanias do Banco Central, Fazenda e Planejamento, pois com a recessão acelera-se o desemprego, fragilizam-se os trabalhadores e recuam os salários reais, introduzindo-se, como almejado, vetores anti-inflacionários. Ou seja, a política monetária cria uma recessão, sustentando-se em instrumentos ortodoxos para reduzir

o componente salarial na renda gerada, com parte dela desviada para os rentistas. Menos demanda, recuo nos preços, queda da inflação.

Chegando a economia ao fundo do poço, as preocupações no braço político do Governo são generalizadas; quando se passa, então, a divulgar sofismas tais como aquele que sustenta que só a reforma da previdência permitiria a retomada do crescimento da economia. Uma simples cortina de fumaça. Muito conveniente, pois procura sufocar a reação dos trabalhadores contra o desmonte da previdência, ao mesmo em que dá sinais encorajadores ao chamado mercado, ávido por ações do governo que gerem sobras que permitam pagar com dinheiro, e não apenas com novos títulos, despesas financeiras que fazem explodir a dívida pública.

Como o país de aproxima de ano eleitoral, o núcleo político do Governo começa a desconfiar dos milagreiros do triunvirato BC/MF/PL, ao mesmo tempo em que não podem negar os discursos pró-mercado – o aliado poderoso, ou o inimigo mortal. Diante do que passam a enfrentar um verdadeiro *dilema shakespeariano*. O que fazer? Que rumos tomar?

Dentro desse quadro em que as opções são poucas, e irreversíveis após definido o caminho, pode-se compreender a razão da euforia governamental diante dos sinais, ainda que frágeis, de uma possível reversão, interrompendo um ciclo de quedas persistentes e alarmantes na atividade econômica, que produzia

um exército de desempregados, engrossado a cada momento. A economia finalmente, no conjunto do primeiro semestre de 2017, reencontra números positivos, alcançando uma taxa de expansão de 1,0% no primeiro trimestre e de 0,2% no segundo, sem, entretanto, definir o que se possa entender como uma linha de tendência.

Os dados mais recentes, do terceiro trimestre, já disponíveis, ainda são insuficientes para uma análise mais abrangente que permita se visualizar os caminhos futuros. Mas os números disponíveis do Índice de Atividade Econômica do BC indicavam que a economia brasileira praticamente repetia, em julho e agosto de 2017, os níveis registrados em junho.

Uma primeira conclusão é que aparentemente falecem razões para euforias – seriam prematuras. Especialmente porque o Governo, agora, de algum modo apenas repete a estratégia observada desde a última década, quando a natureza dos estímulos concedidos visando o recuo dos custos do setor produtivo – com a redução artificial da taxa de câmbio e de preços estratégicos (combustíveis e energia) – melhorava momentaneamente o poder de compra das famílias, enquanto fosse possível manter câmbio e preços artificiais, mas não constituía um processo de efetiva e definitiva transferência de renda. Um dia seria inevitável o realinhamento dos preços dos setores controlados, surgindo pressões inflacionárias decorrentes do reequilíbrio dos preços relativos. Como se verificou partir de meados de 2015. E adeus à fantasia dos 40 milhões de estrepantes na classe média.

Não se pode, portanto, desprezar o fato que, ao liberar para os trabalhadores em meses recentes deter-



minados valores de fundos oficiais (FGTS e PIS-PASEP), o governo proporcionava um aumento do poder de compra das famílias, mas apenas episódico, não permanente. Assim, os instrumentos que teriam permitido um desafogo às famílias, ainda que possam provocar um impulso momentâneo nas vendas do comércio, não criam uma demanda estável que possa estimular níveis mais elevados e permanentes de produção e emprego. Tudo muito parecido, ainda que em menos proporções, à estratégia de Mantega/Meirelles nos anos 2000, e de Mantega/Tombini na era Dilma.

### O que vai ditar os rumos da economia e do governo

Muitos fatores deverão ditar agora os rumos da economia brasileira. Mas destacam-se quatro principais:

a) se o grande crescimento da produção agrícola puxou a economia em 2017, interrompendo a longa queda, dado o aumento de 30% na produção de grãos, as estimativas mais recentes indicam pa-

ra 2018 uma queda de 9%, o que tende a jogar a economia de volta ao mundo das incertezas;

b) o aumento dos juros, que elevou as despesas financeiras das famílias (apenas no crédito com recursos livres) de uma estimativa de R\$ 300 bilhões em 2013 para R\$ 580 bilhões em 2016, reduzindo o poder de compra e a demanda, iniciou um processo de reversão, acompanhando o recuo da Selic. E se o movimento de recuo dos juros revelar plena reversibilidade, os encargos das famílias tendem a recuar para algo como R\$ 350 bilhões em 2018, com reflexos positivos sobre a demanda, a produção e o emprego. A dúvida quanto a este último vetor é que a taxa Selic é menos instrumento de política monetária e mais um fator imprescindível na atração de dólares especulativos – nos quais o país, numa verdadeira armadilha, vem sustentando suas reservas internacionais e a própria solvência externa desde a década passada;

c) e o terceiro elemento fundamental é a taxa de câmbio: valorizada artificialmente, como o BC vem fazendo de forma pouco intermitente

desde a primeira metade da década passada, o câmbio continuará destruindo o parque industrial, com demanda reduzida, contenção de investimentos e atraso tecnológico; restabelecida a taxa de paridade, recuariam os ganhos em dólares do capital externo de curto prazo, exigindo elevação das taxas de juros, e daí pressões inflacionárias etc. Sobrando a alternativa de criar-se um câmbio comercial – que preserve a paridade do poder de compra da moeda – e um câmbio financeiro, administrado pelo BC, sem os danosos reflexos do sistema atual;

d) finalmente, a reforma da previdência, na medida em que venha a postergar a aposentadoria de milhões de trabalhadores, enquanto outros por razões óbvias terão o benefício cessado, vai provocar uma queda da renda das famílias, agravando os níveis de pobreza, com reflexos na demanda, na produção e no emprego, e graves consequências regionais.

\* É economista emérito pelo Corecon-DF e foi professor titular de Economia da UnB e presidente do Conselho Federal de Economia e do Conselho Nacional da Previdência Social.



# A “cortina de fumaça” do crescimento econômico

Luiz Filgueiras\*

**A** dinâmica cíclica das economias capitalistas, com altas e baixas da produção e do emprego, é um fenômeno endógeno a esse modo de produção – assim como as crises e a instabilidade. Ao longo da história, os ciclos econômicos têm sido objeto de estudos e considerações por parte de economistas das mais distintas correntes de pensamento; inclusive a ortodoxia macroeconômica atual – em que pese esta considerá-los como produtos de choques reais aleatórios, tratando-os a partir de modelos formais nos quais não existem nem moeda, nem crédito, nem sistema financeiro.

Os ciclos econômicos, em suas mais distintas formas de manifestação, são uma realidade em todas as economias capitalistas, podendo ser constatados tanto na dos países centrais quanto na dos países periférico-dependentes. No entanto, a história, o tempo e o espaço, bem como a assimetria existente na divisão internacional do trabalho contam: quando se tem como referência esses dois blocos de países – e mesmo no interior de cada um deles –, o desenvolvimento, a estrutura e a dinâmica do capitalismo se diferenciam em aspectos importantes (tecnológico-financeiros, político-sociais, institucionais, culturais etc.). Por isso, a forma de manifestação dos ciclos, a sua incidência e duração

e as suas causas imediatas podem diferir bastante.

A dependência tecnológica e financeira dos países periféricos, historicamente característica fundamental de suas economias, sempre condicionou fortemente a dinâmica macroeconômica desses países – cujas reiteradas crises cambiais e a permanente ameaça de descontrole da inflação são suas maiores expressões. Mas nas três últimas décadas, essa vulnerabilidade estrutural se agravou com o processo de abertura comercial-financeira e os programas de privatizações, que implicaram uma maior instabilidade macroeconômica, bem como uma maior dificuldade para os sucessivos governos executarem suas políticas econômicas.

No Brasil, desde a crise do Modelo de Substituição de Importações na década de 1980, a vulnerabilidade externa e a instabilidade macroeconômica, além de crônicas, tornaram-se agudas – com sucessivas crises cambiais e curtos períodos de alternância de crescimento e desaceleração ou recessão (os chamados “voos da galinha”); ao mesmo tempo indicando uma tendência estagnacionista no longo prazo. Esse quadro tem implicações muito graves sobre o emprego e a sua qualidade, a renda e a sua distribuição, a pobreza e a desigualdade; em suma, sobre a qualidade e as condições de vida da classe trabalhadora.

Na atual conjuntura, vem-se

assistindo a implementação pelo Governo Temer de inúmeras medidas e contrarreformas, e outras ainda prometidas, que vão todas na direção de aprofundar mais ainda a vulnerabilidade externa estrutural do país e de agravar a sua instabilidade macroeconômica – colocando no horizonte como consequência lógica a possibilidade de novas crises cambiais, com reiterados “voos da galinha”, em períodos de tempo cada vez mais curtos.

A lista de “realizações”, ou a realizar, desse governo – produto do golpe patrocinado pelo grande capital (aí incluso a grande mídia corporativa), com a participação e mobilização decisiva de segmentos da classe média proprietária e o apoio de seus conhecidos aliados no parlamento e em setores-chave do Judiciário e do Ministério Público – tem conteúdo e natureza de classe inequívoca. O congelamento dos gastos públicos por 20 anos (ajuste fiscal permanente), a liberalização para qualquer área das empresas, a reforma trabalhista, a reforma da previdência, a redefinição do papel do BNDES como financiador no longo prazo, o fatiamento da Petrobras e a extinção da política de conteúdo nacional, a privatização do setor de energia e outros segmentos da infraestrutura do país, entre outras, são reivindicações antigas do grande capital, principalmente do grande



capital financeiro internacional, constituindo-se desde sempre em parte fundamental da agenda neoliberal para o Brasil.

Nunca a violência contra o trabalho, em especial a superexploração da força de trabalho, ficou tão clara e evidente; a incapacidade e incompetência de quase todas as frações da burguesia brasileira de competir com o capital internacional no campo tecnológico-financeiro, apoiando-se no aumento da produtividade, ou simplesmente a sua associação e relação orgânica com aquele, empurra-as obsessivamente, juntamente com o capital internacional, a buscarem na degradação do trabalho a garantia de sua lucratividade. A recente portaria do Governo Temer, que desconstrói o conceito de “trabalho análogo ao escravo”, é expressão maior dessa tara da burguesia brasileira.

Mas o preço da “fuga para frente”, de redução do custo do trabalho sem limites e desnacionalização da economia é, além da instabilidade político-social permanente, decorrente do rebaixamento das condições de vida da classe trabalhadora, o aumento da vulnerabilidade externa estrutural do capitalismo dependente brasileiro e a intensificação da sua instabilidade macroeconômica.

Nesse contexto, alguns sinais emitidos pela economia brasileira, como o aumento da produção em alguns setores e a diminuta redução do desemprego, ainda que débeis, já vem implicando discussões e debates sobre o término da fase recessiva e a “volta do crescimento econômico”. Em qualquer circunstância e lugar, a mudança de fase do ciclo econômico tem sempre um gran-

de apelo político; no entanto, isso é mais verdadeiro ainda para o Brasil dos dias atuais: na disputa política de projetos totalmente antagônicos, detonada a partir do golpe do impeachment, assim como nas eleições do próximo ano, a “volta do crescimento”, mesmo que em ritmo lentíssimo e a taxas diminutas, será a única bandeira, para além do apelo moral anticorrupção já muito desgastado, do grande capital e das forças políticas neoliberais – que a utilizarão como prova da correção das contrarreformas e da política econômica adotada pelo Governo Temer, apontando um futuro supostamente promissor para o país.

Mas, dessa vez, o grande problema dessa estratégia política é que essa volta do crescimento será, necessariamente, pífia. O IBC-Br do mês de agosto, índice de atividade econômica do Banco Central (que funciona como uma *proxy* do PIB), além de mostrar uma redução de 0,38% para este mês, indica um crescimento no ano (jan-ago) de apenas 0,42%. Por sua vez, os oráculos de plantão, mesmo aqueles que torcem pelo Governo, estimam uma taxa entre 0,5 e 0,7% para este ano e em torno de 1,5% para 2018 – e isso, depois de dois anos consecutivos de recessão, com queda acumulada do PIB de 7,5% em 2015-16 e taxa de desemprego de 12,6% (13 milhões de desempregados) em agosto de 2017 (PNAD). E, o que é mais grave, virá na esteira de todo tipo de “maldade” praticado contra a classe trabalhadora – violências sucessivas, executadas num ritmo alucinante e concentrado, que não poderão ser obscurecidas pela “volta do crescimento”. Aliás, uma consequência dessas

maldades já se manifestou na pequena redução da taxa de desemprego verificada recentemente: os empregos gerados foram, quase em sua totalidade, empregos informais (por conta própria e sem carteira assinada), portanto, muito precários. Com a entrada em vigor da reforma trabalhista, esse quadro tenderá a piorar bastante no próximo ano.

Por outro lado, se de fato se configurar a reversão do ciclo, é evidente que isso não decorrerá de qualquer das reformas do Governo Temer, muito pelo contrário; todas elas estão na contramão do consumo e da elevação dos gastos do governo. O crescimento do déficit primário, que chegou a 2,62% do PIB em agosto, resultou (apesar de todo tipo de corte nas despesas) da queda da arrecadação tributária e não do aumento do gasto público (congelado por 20 anos a partir de 2017). A consequência tem sido o crescimento da dívida pública, tanto líquida quanto bruta, como proporção do PIB (respectivamente, 48,7% e 73,1%) – tornando o Estado ainda mais refém do capital financeiro.

O investimento público e privado, por sua vez, continua em queda e o consumo teve uma pequena elevação decorrente da queda da inflação (de 10,7% em 2015, para 2,5% em jan-set de 2017) e de uma pequena redução da taxa de juros. Mas as exportações e o saldo da Balança Comercial, e aqui está o ponto mais relevante, vêm crescendo fortemente, empurrados pela recuperação dos preços das commodities no mercado internacional e a redução das importações decorrente da queda da demanda interna. Com isso, o déficit em transações correntes, que atin-

giu 4,17% do PIB em 2014, recuou para 0,68% em setembro de 2017, reduzindo a vulnerabilidade externa conjuntural.

O tamanho colossal da recessão, que trouxe a inflação para o centro da meta, juntamente com o recuo da restrição externa, abriu espaço para uma recuperação lenta da atividade econômica, “puxada” inicialmente, como das outras vezes, pelas exportações e com a geração de postos de trabalho precários. Isso ocorrerá em um ambiente de congelamento dos gastos públicos, impossibilidade de investimento por parte do Estado, desarticulação da cadeia produtiva do petróleo, grande ociosidade do capital privado e desmonte da CLT, com a substituição de empregos por tempo indeterminado e de melhor qualidade (inclusive salarial) por empregos temporários, intermitentes e de pior qualidade (inclusive salarial).

Em suma, deveremos voltar a assistir, conforme a história recente do país, um crescimento rastejante e ainda mais dependente dos humores dos mercados internacionais – em uma economia com maior vulnerabilidade estrutural e com a permanência de grande instabilidade político-social. A “volta do crescimento”, nas circunstâncias em que ele ocorrerá, não conseguirá funcionar, mais uma vez, como uma “cortina de fumaça” para esconder o agravamento dos problemas do país e, principalmente, de sua classe trabalhadora.

\* É professor titular da Faculdade de Economia da Universidade Federal da Bahia e autor dos livros *História do Plano Real* (Boitempo) e *A Economia Política do Governo Lula* (Contraponto), este último em coautoria com o professor Reinaldo Gonçalves.

# Ciência e trabalho criativo em risco

Roberto Leher\*

As evidências de que a grande área da ciência estava fora das prioridades do atual bloco no poder são conhecidas. Um dos primeiros atos do governo Temer foi a reorganização dos ministérios, suprimindo os da Cultura e da Ciência, Tecnologia e Inovação. As principais entidades representativas da comunidade científica brasileira, como SBPC e ABC, e as universidades federais, por meio da Andifes, empenharam-se na mobilização em prol da permanência do MCTI.

Esses atos sensibilizaram a comunidade acadêmica brasileira – estudantes, professores, sociedades científicas, conselhos universitários, instituições de ciência e tecnologia. Membros da comunidade científica realizaram atos com repercussão na grande imprensa.

Motivos para a mobilização não faltaram. Já no final de 2016, após aprovação do Projeto de Lei Orçamentária de 2017, as preocupações se confirmaram. Os recursos do MCTIC, já em curva descendente, caíram de R\$ 7,1 bilhões em 2016 para R\$ 6 bilhões na referida lei, anunciando tempos de privação. Os contingenciamentos de 2017<sup>1</sup> reduziram o orçamento para cerca de R\$ 3 bilhões, recurso incapaz de custear as despesas já contratualizadas.

Alegando a necessidade de políticas de austeridade e contradizendo afirmações explícitas de que, após a redução dos orçamentos, não haveria contingenciamentos, o governo Temer empreendeu novos cortes no orçamento

do MCTIC. Esse orçamento dificilmente custeará as despesas básicas com bolsas, secando, de vez, as verbas para os importantes INCTs<sup>2</sup>, taxas de bancada, edital universal (CNPq), renovação de equipamentos e melhorias de infraestrutura de pesquisa (Finep) e, o que é vital, a criação de novas bolsas para pesquisa.

Ao mesmo tempo, as universidades federais foram informadas de que o orçamento de 2017 seria reduzido em aproximadamente 14% em relação ao ano anterior, uma notícia catastrófica, pois, em 2016, muitas universidades somente conseguiram pagar suas contas até o mês de setembro. E mesmo após forte queda orçamentária em 2017, o Projeto de Lei Orçamentária de 2018 não corrigiu as perdas acumuladas nas despesas de custeio e, praticamente, não foram alocados recursos do Tesouro para capital.

As estratégias de luta até aqui em curso precisam ser reexaminadas, pois não surtiram efeito relevante. O apensamento da área de Ciência, Tecnologia e Inovação à área da Comunicação não foi desfeito. Ocorreram mudanças na estrutura do ministério que enfraqueceram os órgãos de fomento e o sufocamento orçamentário das universidades federais não foi desfeito. Até mesmo a insuficiente correção inflacionária foi mantida e a contribuição previdenciária foi ampliada de 11% para 14%.

A comunidade científica brasileira terá de examinar o problema das mudanças no aparato estatal de modo mais amplo e avaliar serenamente o modo como está



organizando as lutas em prol da ciência e da universidade. Os apelos de cariz iluminista, centrados na defesa da importância da ciência para o futuro do desenvolvimento, embora justos, estão esvaziados, pois, para o mencionado bloco no poder, os cortes no orçamento público são funcionais para os seus objetivos econômicos imediatos. Esse é o sentido da chamada Ponte para o Futuro.

O problema do estrangulamento da grande área da ciência pode ser mais bem examinado a partir de dois grandes eixos.

O primeiro diz respeito às condições materiais para a existência da pesquisa científica. Com a Emenda Constitucional nº 95, o problema mudou de escala. Os cortes provocados pela mudança constitucional, estimados em 0,75% do PIB em 2017 (e, mantido o ritmo, de 7,5% do PIB em dez anos) alcançaram a ciência, as universidades públicas e os investimentos de modo direto e inclemente.

Está em discussão a possibilidade de alocar 20% do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) para custear o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies)<sup>3</sup>, recursos que serão carreados para as instituições financeiras que monopolizam a educação superior privado-mercantil. A sugestão de uso de recursos do Fundo Social para o Fies<sup>4</sup> não deveria ser uma hipótese aceitável. É o sistema público que está descapitalizado. O FIES custou R\$ 20 bilhões em 2016, enquanto o orçamento de custeio e o investimento das 63 universidades federais previsto para 2017 será de apenas R\$ 5,9 bilhões.

Até onde os cortes podem chegar? O trágico e inaceitável caso das universidades estaduais do Rio de Janeiro (Uerj, Uenf, Uezo) confirma que não há limite para os cortes.

As universidades públicas federais tiveram crescimento de seus orçamentos no período 2007-2013. A partir de 2014 os contingenciamentos foram drásticos. A rigor, os recursos de custeio foram fortemente reduzidos e os de capital despencaram, deixando à mostra esqueletos de prédios inconclusos em todo o país. Em 2011, os recursos de investimentos alcançaram R\$ 3,4 bilhões; em 2017, ainda sem os cortes, estava previsto pouco menos de R\$ 1,37 bilhão para as 63 federais.

Segundo eixo: a sobrevivência da ciência depende da educação pública e das perspectivas para a economia e para o mundo do trabalho.

A reforma do ensino médio es-



vazia a formação científica dos estudantes e direciona o grosso dos estudantes para precoce formação profissional minimalista. É uma reforma explicitamente voltada para a formação do Exército Industrial de Reserva. Tal perfil estudantil estará em conformidade com a pasteurizada formação ofertada por agressivas corporações educacionais mercantis, mas não para a vida universitária.

Correlatamente, é preciso captar as tendências indicadas pela chamada reforma trabalhista e suas repercussões no mundo do trabalho e, o que é seu prolongamento, pela dita reforma da previdência. Do resgate “moderno” da remuneração por meio do fornecimento de casa e comida pelo patrão, passando pela terceirização de todas as atividades-fim e pela admissão de trabalho intermitente sem qualquer salvaguarda, torna-se patente que o futuro do trabalho no Brasil tem características condizentes com os séculos XVIII e XIX. E esses trabalhadores poderão ser formados de modo aligeirado e com rarefeita formação científica. Os ciclos viciosos se encadeiam.

A remoção quase que completa da exigência de conteúdo local nas cadeias produtivas do petróleo (e de outras áreas) é também um sinal extremante grave. Sem conteúdo local resultante de efetiva pesquisa e desenvolvimento, a demanda por pessoal qualificado nas ciências duras é quase que nula. Todas essas medidas realimentam novos elos do terrível encadeamento de ciclos viciosos. Esse é o padrão de acumulação subjacente à Ponte para o Futuro.

As universidades públicas e os institutos públicos de pesquisa, os principais loci da pesquisa no país, estão desafiados a produzir conhe-

cimento sistemático sobre o que está se passando com o Brasil (e o mundo!) na atual quadra histórica. Uma das funções mais nobres e estratégicas das universidades é traçar cenários que possibilitem projetar as consequências desse feroz padrão de acumulação do capital para o bem-viver dos povos.

Sempre será importante seguir argumentando em defesa da importância da ciência para o “desenvolvimento”. Mas alimentar ilusões pode ser pernicioso. É preciso examinar se, de fato, existem setores dominantes no atual bloco de poder dispostos a escutar tais exortações e o que eles entendem sobre “desenvolvimento”. Como nos mostraram Florestan Fernandes e Francisco de Oliveira, o Brasil é pródigo em períodos de forte acumulação de capital erigidos a partir das ruínas dos direitos do trabalho.

As instituições precisam estar mais próximas para que a comunidade científica possa projetar um futuro de longo prazo. Urge consi-

stituir coalizões entre as instituições públicas de pesquisa, incluindo, aqui, as universidades, as sociedades científicas, os sindicatos e os movimentos sociais. Isso requer novas alianças e outras formas de luta, menos circunscritas ao mundo virtual e mais próximas do calor e aromas do espaço público!

\* É reitor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), doutor em Educação pela Universidade de São Paulo (USP), professor da Faculdade de Educação e do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFRJ, pesquisador do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e

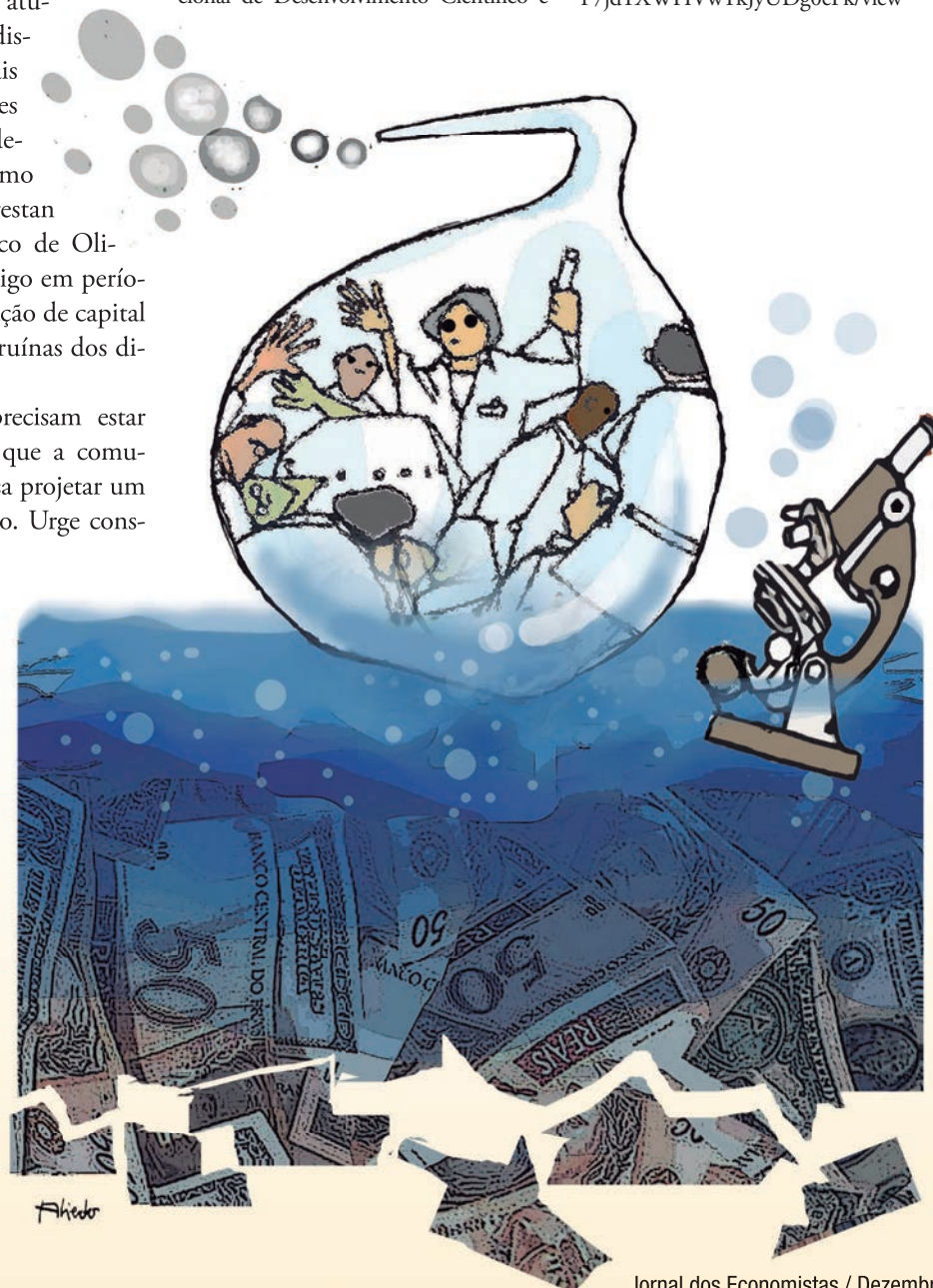
Tecnológico (CNPq) e Cientista de Nosso Estado FAPERJ.

1 Ligia Guimarães, Corte de verba ‘expulsa’ pesquisadores do país. Valor, A12, 9/5/17.

2 Carlos Morel e Renata Hauengen. Ascensão, queda e ressurreição dos INCT. Valor, A10, 9/5/17.

3 Comunidade científica é contra MP que destina recursos do FNDCT para o Fies, disponível em: [http://www.agenciacti.com.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=10596:comunidade-cientifica-e-contra-mp-que-destina-recursos-do-fndct-para-o-fies&catid=1:latest-news](http://www.agenciacti.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=10596:comunidade-cientifica-e-contra-mp-que-destina-recursos-do-fndct-para-o-fies&catid=1:latest-news), acesso em 9/5/17.

4 <https://drive.google.com/file/d/0B-h7ie-F7jdYXWHVwYkYUDg0eFk/view>



# A influência da LRF sobre os indicadores municipais: Prefeitura do Rio com a corda no pescoço

A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) se utiliza de mecanismos para ditar a conduta a ser exercida pelos administradores públicos de todo o país. A Lei abrange os três poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário) e surgiu em um contexto de reforma fiscal, tomando como pressuposto que a estabilidade macroeconômica e controle inflacionário do país somente seriam alcançados por meio de uma forte restrição orçamentária.

Ao impor uma série de parâmetros e diretrizes, ela direciona a gestão dos recursos públicos, por meio de restrições ao crescimento da despesa e do endividamento. O descumprimento de tais normativas implica uma série de sanções que vão desde a nulidade de atos até a cassação do mandato de gestores. Na normatização do gestor público, o atendimento às prioridades sociais fica à margem da Lei.

Tendo em vista que em 2017 o gasto com pessoal da Prefeitura do Rio de Janeiro, acumulado até o 4º bimestre, ultrapassou seu limite prudencial e se aproximou bastante do teto estipulado pela LRF (fato inédito desde 2002), o Fórum Popular do Orçamento fez um estudo analisando o histórico e a previsão de alguns indicadores impactados por esta Lei, a fim de demonstrar sua influência nas contas municipais.

Todos os dados foram deflacionados segundo o IPCA-E de junho de 2017.

## Parâmetros e Normativas da LRF

A LRF complementou a Lei nº 4.320/64 na medida em que norma-

tizou alguns temas pendentes no Direito Financeiro. Tomou como base alguns princípios fundamentais:

- **Planejamento:** evidencia os meios necessários ao alcance dos objetivos almejados, por meio do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e da Lei Orçamentária Anual (LOA);
- **Controle:** estabelece novas funções ao Legislativo e Tribunal de Contas: mecanismo de emissão de alerta, verificação dos limites de gastos com pessoal, o cumprimento das metas fiscais, limites e condições para execução de operações de crédito;
- **Transparência:** a LRF obriga a realização de audiências públicas e exige a divulgação e apresentação das contas públicas por meio de Relatórios de execução orçamentária, bimestrais e trimestrais.

Acerca dos limites fiscais abordados pela LRF, pode-se notar que além dos recursos vinculados, cujos limites mínimos de gastos foram estipulados pela Constituição Federal de 1988, como saúde e educação, a LRF definiu novos limites de gastos. A despesa de pessoal foi limitada a 60% da Receita Corrente Líquida (RCL) para Estados e Municípios, sendo na esfera municipal 54% para o executivo e 6% para o legislativo. Existe ainda um limite prudencial de 95% do limite estipulado para cada poder. Esta apuração é feita trimestralmente, estando o município sujeito a não receber as transferências voluntárias, não obter garantias e nem contratar operações de créditos (ex-

ceto aquelas destinadas ao refinanciamento da dívida mobiliária e as que visem à redução das despesas com pessoal), caso ultrapasse os limites e não os restabeleça nos dois trimestres seguintes.

Cabe destacar que, para efeitos deste cálculo, algumas despesas com pessoal são deduzidas, como por exemplo, as despesas com inativos e pensionistas com recursos vinculados, Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária.

Quanto ao endividamento, conforme orientação disposta na LRF, o limite foi imposto pelo Senado Federal, através da Resolução nº 40/2001, que determinou que a Dívida Consolidada Líquida (DCL) não poderia ultrapassar 120% da RCL. Em relação à amortização da dívida, aos juros e aos demais encargos consolidados, ou seja, quanto ao serviço da dívida, foi imposto por meio da Resolução nº 43/2001 o limite máximo de 11,5% da RCL. Ademais, a LRF ainda limitou as operações de créditos em 16% da RCL e definiu que passassem a depender de autorização prévia e expressa do Legislativo.

Com relação ao equilíbrio das contas públicas, em seu artigo 4º, a LRF dispõe sobre a necessidade de paridade entre as receitas e despesas e determina que venha disposto na LDO um anexo de metas fiscais, incluindo as do resultado primário, indicador que não leva em consideração a despesa com juros da dívida. Este, por sua vez, demonstra se as receitas não financeiras são suficientes para arcar com as suas despesas.

## Evolução dos indicadores impactados pela LRF no Município do Rio de Janeiro

Para realizar uma análise concisa a respeito dos impactos da LRF no orçamento público e na situação socioeconômica do município, coletamos os dados das despesas com pessoal, relacionando-os com indicadores do serviço da dívida, Investimentos, Produto Interno Bruto (PIB) e Resultado Primário. De acordo com a correlação entre estas variáveis, é possível observar de que forma as finanças municipais evoluíram com novas regras de lei orçamentária.

Primeiramente, analisando as despesas com pessoal e a sua relação com a RCL entre os anos 2002 e 2018, o gráfico 1 revela que esta se manteve significativamente abaixo do limite de 60% da RCL imposto pela LRF na maioria dos anos. Com destaque para o período de 2010 a 2013, no qual o gasto com pessoal não chegou a atingir a marca de 44%, mantendo-se muito distante do limite, novamente devido a uma expansão da RCL acima da média no período. Nos outros anos, a relação não ultrapassa a marca de 54%, abaixo até mesmo do limite prudencial de 57%.

No entanto, no ano em exercício, o limite ao gasto com pessoal se tornou uma dor de cabeça para a gestão de Marcelo Crivella. Este indicador até o 4º bimestre de 2017 alcançou o patamar de 59,58% da Receita Corrente Líquida, deixando para trás o limite prudencial e estando muito próximo de ultrapassar o limite obri-



Quadro 1 – Resultado Primário

Serviço da Dívida		
Ano	Serviço da Dívida	SD/RCL
2002	R\$ 975.238.833,15	7,03%
2003	R\$ 953.100.513,53	7,23%
2004	R\$ 902.758.742,75	6,39%
2005	R\$ 929.836.522,93	6,74%
2006	R\$ 958.341.972,35	6,75%
2007	R\$ 977.557.614,16	6,27%
2008	R\$ 1.008.831.147,41	6,12%
2009	R\$ 1.107.873.897,57	6,55%
2010	R\$ 1.590.382.016,58	8,13%
2011	R\$ 1.155.275.383,42	5,62%
2012	R\$ 1.145.439.135,95	5,18%
2013	R\$ 1.221.555.126,32	5,24%
2014	R\$ 1.382.417.314,91	6,10%
2015	R\$ 1.139.562.106,48	5,06%
2016	R\$ 1.271.059.766,79	6,05%
2017*	R\$ 663.993.068,45	5,10%
2018**	R\$ 1.520.412.538,00	6,65%

Fonte: Prestação de Contas 2002-2016

Quadro 2 - Serviço da Dívida

Serviço da Dívida		
Ano	Serviço da Dívida	SD/RCL
2002	R\$ 975.238.833,15	7%
2003	R\$ 953.100.513,53	7%
2004	R\$ 902.758.742,75	6%
2005	R\$ 929.836.522,93	7%
2006	R\$ 958.341.972,35	7%
2007	R\$ 977.557.614,16	6%
2008	R\$ 1.008.831.147,41	6%
2009	R\$ 1.107.873.897,57	7%
2010	R\$ 1.590.382.016,58	8%
2011	R\$ 1.155.275.383,42	6%
2012	R\$ 1.145.439.135,95	5%
2013	R\$ 1.221.555.126,32	5%
2014	R\$ 1.382.417.314,91	6%
2015	R\$ 1.139.562.106,48	5%
2016	R\$ 1.271.059.766,79	6%
2017*	R\$ 663.993.068,45	5%
2018**	R\$ 1.520.412.538,00	7%

Fonte: Prestação de Contas 2002-2016, RREO 2017, PLOA 2018.

\*Os valores para 2017 são referentes até o 4º bimestre.

\*\*Os valores para 2018 são previsões referentes à PLOA - Projeto de Lei Orçamentária Anual.

gatório. Isto se dá devido a uma receita corrente muito aquém da previsão para o ano. Até o dia 14 de novembro, as receitas tributárias, que correspondem à maior parcela da receita corrente chegaram somente a 75%<sup>1</sup> da previsão inicial, faltando um mês e meio para o fim do exercício.

Se por um lado a Prefeitura ainda espera ampliar sua arrecadação no último bimestre, por exemplo, com receitas da Dívida Ativa a partir do programa Concilia Rio, por outro, ainda deverá pagar o 13º salário integral aos servidores, visto que a 1ª parcela não foi paga no início do segundo semestre como tradicionalmente ocorre.

Caso a RCL municipal não aumente o suficiente para manter o peso do gasto com pessoal abaixo do teto, a despeito da necessidade de expansão da oferta de serviços

públicos, é provável que a prefeitura corte cargos comissionados e de terceirizados, além de benefícios e auxílios e até mesmo deixe de pagar integralmente os servidores.

Tal fato demonstra que a imposição contida na LRF pode causar dificuldades para a expansão dos serviços públicos prioritários, uma vez que leva em conta apenas a necessidade do gestor se ater aos limites impostos pela Lei, desconsiderando o cenário social local.

O controle dos gastos é o mecanismo utilizado para se alcançar o superávit primário, indicador preponderante para efeitos da LRF. No caso do município do Rio, a lei parece ter alcançado o efeito esperado nos primeiros anos de sua vigência, mas após 2010, o que vemos é um déficit primário constante, conforme observado no Quadro 1.

A inversão do resultado primário a partir de 2010 justificase pela ampliação das despesas com investimentos, uma vez que se mantiveram em níveis muito acima do que vinha sendo despendido desde 2002 (de 2009 para 2010 o aumento foi de 270%), como consequência dos megaeventos realizados na cidade.

Já em relação ao endividamento, percebe-se que a relação DCL/RCL não chegou perto do limite legal de 120% no período analisado, como mostra o gráfico 2. Entretanto, após apresentar baixos percentuais em 2009 e 2010, essa relação vem apresentando uma trajetória ascendente, em virtude do aumento da receita acima da expansão da dívida até 2013. Cabe ressaltar que em 2010 houve uma reestruturação da dívida municipal junto à União, mantendo

o estoque da dívida constante entre 2010 e 2011.

A partir de 2014, ocorre uma diminuição da receita e aumento da dívida, e a relação DCL/RCL atinge o patamar de 76% em 2015. Em relação a 2013, a dívida consolidada aumentou em 30% no biênio. Já em 2016 nota-se uma queda de 26% em relação ao anterior, fruto de uma renegociação da dívida com a União, que resultou na redução de R\$ 5,78 bilhões do saldo devedor.

A relação DCL/RCL após ser reduzida em 2016, alcança a marca de 90% em agosto de 2017, maior valor desde a imposição dos limites legais pela LRF. Pela trajetória observada, a previsão de 63% contida no Projeto de Lei Orçamentária para 2018 parece estar distante da realidade.

A respeito do serviço da dívida, nota-se que o mesmo já obtém um peso mais relevante perante a RCL durante os primeiros anos de vigência da LRF. Este alcançou seu maior nível em 2010, mas depois disso ficou em torno de 5% a 6% entre 2011 e 2016, o que pode ser explicado pelo significativo crescimento do PIB municipal e, consequentemente, da RCL. No período de 2008 a 2013, o PIB do município cresceu, em média, 12% ao ano. O crescimento pode ser explicado, também, pelos altos índices de investimento decorrente dos megaeventos.

Conforme observado no quadro 2, em 2017 a despesa com Serviço da Dívida representou, até o mês de agosto, 5,10% da RCL, havendo possibilidade de crescimento até o final do ano, uma vez que no período analisado apenas 50% da dotação prevista havia sido liquidada. Já em 2018, de acordo com o Projeto de Lei Or-



çamentária, a relação deve representar 6,65% da RCL, o maior índice desde 2010. O que explica tal aumento é a previsão de R\$ 225 milhões a mais de despesa com Amortização de Dívidas em relação à previsão de 2017.

## Conclusão

A rigidez imposta pela LRF às contas públicas não leva em consideração aspectos de responsabilidade social. Em um momento de crise como o atual, tanto de receita quanto de oferta de serviços públicos básicos, o respeito aos limites da Lei funciona, infelizmente, como condição básica para aprovação das contas e caracterização do “bom gestor”.

Sabe-se que o descontrole da dívida pública pode trazer reflexos negativos para a economia; todavia, é uma das fontes de financiamento dos investimentos em infraestrutura e serviços públicos necessários ao desenvolvimento socioeconômico do município. O controle dos indicadores precisa ser feito com responsabilidade do ponto de vista social.

Tanto 2017 como 2018 parecem ser pontos de inflexão no tocante aos limites impostos pela LRF às contas públicas municipais. Apesar da frustração de receitas ao longo de 2017 (foi arrecadada apenas 71% da receita prevista até a primeira quinzena de novembro), ao elaborar o Projeto de Orçamento para 2018 a prefeitura retificou sua estimativa inicial e por fim, estimou uma receita 1% maior do que a previsão de 2017. A falta de planejamento e de compromisso com o Orçamento Público é evidente.

Ao mesmo tempo em que a

despesa com serviço da dívida inicia um movimento para controlar o viés de alta da relação DCL/RCL, havendo ainda largo campo para expansão, o gasto com pessoal continuará sujeito a um rigoroso controle pela Prefeitura, inclusive com a adoção de medidas de impacto direto nos serviços públicos e

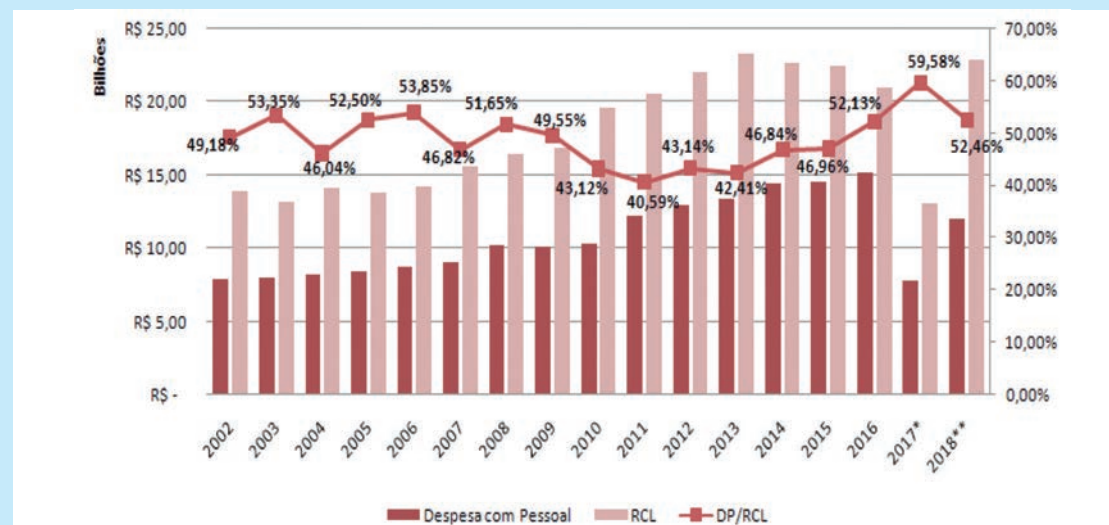
no pagamento de benefícios, auxílios, encargos e salários dos servidores. A priorização é explícita.

Visto que a previsão de gasto com pessoal e encargos é de R\$ 600 milhões a mais sobre o previsto para 2017, caso a receita corrente não alcance o esperado – o que é muito provável – já podemos espe-

rar que ao longo de 2018 a prefeitura passe novamente por um sufoco para cumprir com os limites da LRF. E essa conta continuará sendo paga pelos servidores públicos municipais e pelos cariocas em geral.

1 Portal Rio Transparente, acessado no dia 13/11/2017.

**Gráfico 1 – Despesa com Pessoal em relação à Receita Corrente Líquida**

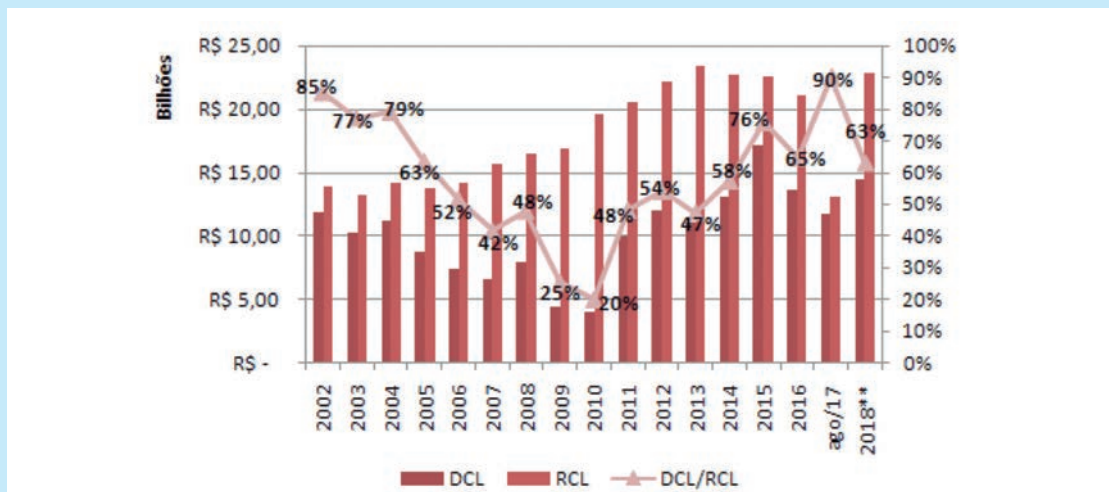


Fonte: Prestação de Contas 2002-2016, RREO 2017, PLOA 2018.

\*Os valores para 2017 são referentes até o 4º bimestre.

\*\*Os valores para 2018 são previsões referentes à PLOA - Projeto de Lei Orçamentária Anual.

**Gráfico 2- Relação da Dívida Consolidada Líquida com a Receita Corrente Líquida**



Fonte: Prestação de Contas 2002-2016, RREO 4º bimestre/2017 e PLOA 2018.

# Parabéns aos aprovados no exame Anpec

■ O Corecon-RJ parabeniza seus alunos aprovados para mestrado e doutorado, a se iniciar em 2018, nos centros que utilizam o exame Anpec (Associação Nacional dos Centros de Pós-Graduação em Economia) como forma de acesso. Confira nossos resultados.

Para o mestrado: Ane Natalie Pinheiro Bastos passou para Uerj; Eduardo Gil Santos Carvalho da Silva, UFF e Uerj; Filipe de Castro Vieira, UFF e com bolsas na Ufes, UFV e UFRGS; José Henriques da Silva Ribeiro Junior, UNB, UFF, Unifesp (1º lugar com bolsa) e Ufes (2º lugar); Júlia Teixeira Leal, UFF (bolsa), Uerj e Unicamp; Juliana da Rocha Lima, Uerj; Matheus Braga da Costa, Ufes e

UFU; Miguel Calixto da Silva Tobias, UFF e Uerj; Naiara Silva de Carvalho, com bolsa na UFU; Paulo Henrique Polly Montoya, UFF, Uerj, UFJF e UFV; Pedro Francisco Carneiro Carvalho, UFRJ, UFF, Uerj, UFV e UFPE; Regis Claudio Gonçalves do Nascimento, Unicamp, UFRJ, UFF (bolsa) e Unifesp; Stephanie Campos Custódio, com bolsa em todos: UFRJ, UFF, Uerj, UFV e UFPR.

Para doutorado: Rogério Soares Dantas dos Santos, Uerj e UFRJ-IED; e Rômulo Lucas Machado Ferreira, Uerj e ainda em processo, até o fechamento desta edição: UFSC e UFPR.

Com tradição de 40 anos, o curso "Atualização em Economia preparatório para o exame da Anpec 2018"



oferece 521 horas de carga horária. As aulas acontecerão de 15/1 a 21/9/2018, na sede do Corecon, Avenida Rio Branco, nº 109, 16º andar, Centro, Rio de Janeiro. Informações: [www.corecon-rj.org.br/agenda-do](http://www.corecon-rj.org.br/agenda-do) ou pelos telefones 21-2103-0118 e 2103-0119.

## BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO (EM R\$)			PASSIVO (EM R\$)		
REFERÊNCIAS	SET/2016	SET/2017	REFERÊNCIAS	SET/2016	SET/2017
<b>ATIVO FINANCEIRO</b>	<b>7.519.584,94</b>	<b>7.448.015,59</b>	<b>PASSIVO FINANCEIRO</b>	<b>115.689,74</b>	<b>73.150,38</b>
DISPONÍVEL	63.344,26	55.817,69	DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	-	-
DISPONÍVEL VINCULADO A C/C BANCARIA	7.359.915,49	7.315.495,24	CONSIGNAÇÕES	12.136,14	11.065,06
REALIZÁVEL	55.797,25	35.163,39	CREDORES DA ENTIDADE	31.285,33	13.819,81
RESULTADO PENDENTE	40.527,94	41.539,27	ENTIDADES PÚBLICAS CREDORAS	72.268,27	48.265,51
<b>ATIVO PERMANENTE</b>	<b>17.953.012,68</b>	<b>24.057.847,64</b>	<b>RESULTADO PENDENTE</b>	<b>317.493,03</b>	<b>345.886,79</b>
BENS PATRIMONIAIS	1.703.986,12	1.730.959,06	DESPESAS DE PESSOAL A PAGAR	317.493,03	345.886,79
VALORES	57.552,66	57.270,97			
CRÉDITOS	16.191.473,90	22.269.617,61	<b>PATRIMÔNIO(ATIVO REAL LÍQUIDO)</b>	<b>25.039.414,85</b>	<b>31.086.826,06</b>
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>25.472.597,62</b>	<b>31.505.863,23</b>	<b>TOTAL GERAL</b>	<b>25.472.597,62</b>	<b>31.505.863,23</b>

## DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS

REFERÊNCIAS	PERÍODOS EM REAIS		REFERÊNCIAS	VARIACIONES	
	JUL A SET/16	JUL A SET/17		(EM R\$)	(EM %)
<b>RECEITAS CORRENTES</b>			<b>RECEITAS</b>		
ANUIDADES	246.377,00	361.282,66	ANUIDADES	114.905,66	46,6
PATRIMONIAL	100.479,81	154.642,97	PATRIMONIAL	54.163,16	53,9
SERVIÇOS	22.297,47	13.250,66	SERVIÇOS	(9.046,81)	-40,6
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	35.000,00	-	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	(35.000,00)	-100,0
MULTAS E JUROS DE MORA	6.427,62	-	MULTAS E JUROS DE MORA	(6.427,62)	-
DÍVIDA ATIVA	86.634,13	203.790,21	DÍVIDA ATIVA	117.156,08	135,2
DIVERSAS	120.489,38	61.675,88	DIVERSAS	(58.813,50)	-48,8
RECEITAS DE CAPITAL	-	-		-	-
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>617.705,41</b>	<b>794.642,38</b>	<b>TOTAL GERAL</b>	<b>176.936,97</b>	<b>28,6</b>
<b>DESPESAS</b>			<b>DESPESAS</b>		
DE CUSTEIO	1.198.091,42	1.451.583,27	DE CUSTEIO	253.491,85	21,2
PESSOAL	658.636,42	764.557,82	PESSOAL	105.921,40	16,1
MATERIAL DE CONSUMO	15.690,32	19.399,94	MATERIAL DE CONSUMO	3.709,62	23,6
SERVIÇOS DE TERCEIROS E ENCARGOS	523.764,68	667.625,51	SERVIÇOS DE TERCEIROS E ENCARGOS	143.860,83	27,5
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	98.328,20	127.640,82	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	29.312,62	29,8
DESPESAS DE CAPITAL	6.689,21	4.881,30	DESPESAS DE CAPITAL	(1.807,91)	-27,0
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>1.303.108,83</b>	<b>1.584.105,39</b>	<b>TOTAL GERAL</b>	<b>280.996,56</b>	<b>21,6</b>
<b>RESULTADO = RECEITAS - DESPESAS</b>	<b>(685.403,42)</b>	<b>(789.463,01)</b>	<b>RESULTADO = RECEITAS - DESPESAS</b>	<b>(104.059,59)</b>	<b>15,2</b>